

**ISEG – INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO  
CONTABILIDADE DAS ENTIDADES COMPLEXAS**

**Época Normal (EN):** 9 de junho de 2017

**Duração:** 1H30M

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº:** \_\_\_\_\_

**Grupo I (6 Valores)**

Identifique, **justificando**, a resposta que se encontra correta (cada pergunta tem a cotação de 1.5 valores) (Anexo 1):

1. A compra de opções de compra origina o reconhecimento:

a)	De um passivo, caso a opção seja de negociação;
b)	De um ativo, caso a opção seja de cobertura de risco;
c)	De um passivo, caso a opção seja de cobertura de risco;
d)	De um gasto, caso a opção seja de cobertura de risco;
e)	<b>Nenhuma das anteriores.</b>

**Também foi aceite a b) se devidamente justificada.**

2. Uma empresa pediu um empréstimo bancário a taxa variável. Na mesma data recorreu a um contrato de *swap*, trocando juros a taxa fixa (pagamento) por juros a taxa variável (recebimento).

a)	<b>O <i>swap</i>, sendo de cobertura de risco, deve ser classificado como de cobertura dos fluxos de caixa;</b>
b)	O empréstimo bancário deve ser valorizado pelo justo valor com as variações do justo valor reconhecidas em resultados;
c)	O empréstimo bancário deve ser valorizado ao custo amortizado;
d)	O <i>swap</i> nunca pode ser classificado de cobertura de risco
e)	Nenhuma das anteriores.

**Também foi aceite a c) se devidamente justificada.**

3. Uma empresa adquiriu ações de outra empresa. No final do período, o justo valor das ações é inferior ao valor contabilístico. A empresa:

a)	<b>Deve reconhecer uma perda de imparidade, caso as ações tenham sido classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda e exista uma evidência objetiva de perda de imparidade;</b>
b)	Deve reconhecer uma perda de imparidade, caso as ações tenham sido classificadas como ativos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos e exista uma evidência objetiva de perda de imparidade;
c)	Deve reconhecer uma perda de imparidade, caso as ações tenham sido classificadas como ativos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos independentemente de existir ou não uma evidência objetiva de perda de imparidade;
d)	Deve reconhecer uma perda de imparidade, caso as ações tenham sido classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda independentemente de existir ou não uma evidência objetiva de perda de imparidade
e)	Nenhuma das anteriores.

4. A empresa realizou uma operação de *factoring* sem recurso. Assinale a afirmação correta:

a)	<b>A empresa deve considerar que está perante uma transferência que se qualifica para desreconhecimento.</b>
b)	A empresa deve considerar que está perante uma transferência que não se qualifica para desreconhecimento.
c)	A empresa não está perante uma transferência.
d)	A empresa deve considerar que está perante uma transferência que se qualifica para desreconhecimento apenas se os valores forem cobrados pela sociedade de factoring.
e)	Nenhuma das anteriores.

## Grupo II (8 valores)

A empresa Alfa adota as IFRS e:

- Emitiu no dia 1/1/14 obrigações com um valor nominal de 100.000 €, maturidade 4 anos e taxa do cupão de 3%. O juro das obrigações será pago a 31/12 de cada ano e o reembolso de capital será efetuado pelo valor nominal, em partes iguais nos dois últimos anos. A taxa de juro efetiva ascende a 4%.

- Adquiriu, em 15/10/2015, 1.000 ações de uma empresa cotada por 16 €/ação. As despesas com a aquisição das ações foram de 800 €. A 31/12/2015, a cotação das ações é de 16.10€/ação e em 31/12/2016 de 15.95€/ação.

Identifique os valores que a empresa deve apresentar na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração dos Resultados em 31/12/2016 (Anexo 2).

Demonstração da posição financeira

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
<b>AFDV</b>	15.950	16.100
<b>Capital Próprio</b>		
<b>Reserva JV</b>	(850)	(700)
<b>Passivo</b>		
<b>Financiamento obtidos</b>	49.519,20	98.576,20

Demonstração dos resultados

	2016	2015
<b>Gasto com juros</b>	3.943	3.906,80

**Grupo III (6 valores)**

A empresa Alfa adota, para o edifício classificado como ativo fixo tangível, o modelo de revalorização (desde 2014). O custo de aquisição do edifício foi de 1.500.000 € (início de 2007) e a vida útil estimada de 40 anos. O excedente de revalorização no final de 2014 é de 50.000 €. O justo valor é de:

	2014	2015	2016
Justo valor	1.250.000	1.210.000	1.200.000

Durante 2016, a empresa reconheceu uma provisão não aceite fiscalmente no valor de 100.000 €. A taxa de IRC é de 20%.

Pretende-se que determine:

a) O valor do ativo por impostos diferidos em 31/12/2016 (Anexo 3);

**Ativo por ID =  $20\% \times 100.000 = 20.000$  (se expectativa lucro tributável)**

b) O valor do passivo por impostos diferidos em 31/12/2016 e 31/12/2015 (Anexo 3);

2014

ER = 50.000

Passivo por ID =  $20\% \times 50.000 = 10.000$

2015

Dp =  $1.250.000/32 = 39.062,50$

Vc =  $1.250.000 - 39.062,50 = 1.210.937,50$

Var =  $1.210.000 - 1.210.937,50 = -937,50$

ER =  $50.000 - 937,50 - 1.562,50 = 47.500$

**Passivo por ID =  $20\% \times 47.500 = 9.500$  ou  $10.000 - 20\% \times 937,50 - 20\% \times (39.062,50 - 37.500)$**

2016

Dp =  $1.210.000/31 = 39.032,30$

Vc =  $1.210.000 - 39.032,30 = 1.170.967,20$

Var =  $1.200.000 - 1.170.967,20 = 29.032,20$

ER =  $47.500 + 29.032,20 - 1.532,30 = 75.000$

**Passivo por ID =  $20\% \times 75.000 = 15.000$  ou  $9.500 + 20\% \times 29.032,20 - 20\% \times (39.032,30 - 37.500)$**

c) O valor dos impostos diferidos em 31/12/2016 (Anexo 4).

$$\text{ID} = +20.000 + 306.46 = 20.306,46$$

Gasto depreciação (contab) = 39.032,30

Gasto depreciação (fiscal) = 37.500

Diferença = 1.532,3